

A SITUAÇÃO SÓCIO-OCUPACIONAL JUVENIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE¹

THE YOUTH SOCIO-OCCUPATIONAL SITUATION AND THE YOUTH PUBLIC POLICIES

*Luciane Bombach**

RESUMO

Este artigo procura dimensionar o impacto da crise social brasileira sobre a população compreendida entre 15 e 24 anos ao longo dos anos de 1980, 1990 e início do novo século, bem como versa sobre os caminhos traçados pelo setor público nas tentativas de respostas a esse dilema. Por meio dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) e utilizando cortes por gênero, raça, escolaridade, renda e inserção ocupacional, o trabalho traça o panorama da crise social juvenil.

Palavras-chave: Juventude; Políticas Públicas; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This article seems to extent the affect of brazilian social crises about the population comprises between 15 and 24 years old along of their eighties, nineties and the beginning of this century, as debates the ways tracked by the public field in the attempts of solving this dilemma. Through of microdata of PNAD (National Household Sample Survey) and using cutting by category, human race, scholarship, income and occupational insert, the job tracks the social youths social crises.

Keywords: Youth; Public Policies; Job Market.

¹ Esse artigo sobre a juventude e as políticas públicas é fruto tanto da minha dissertação de mestrado "Tu, Jovem Nefasto – Lendas e Fábulas sobre a Situação Sócio-Ocupacional Juvenil na Região Metropolitana de São Paulo", defendida no Instituto de Economia da Unicamp, em 2004, quanto do projeto de pesquisa que realizei por meio da parceria DIEESE/CESIT/CNPq ("Mercado de Trabalho e Modernização do Setor Terciário Brasileiro – Linha 2 – Dinâmica das Ocupações e dos Rendimentos do Trabalho"), realizado entre 2004 e início de 2005, os quais tratam do panorama sócio-ocupacional dos jovens na metrópole paulista ao longo dos anos de 1980 e de 1990.

* Economista, mestre em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). bombach@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A discussão sobre as políticas públicas de juventude está vinculada à crise social juvenil a qual se constitui em um dos aspectos, dentre os mais relevantes, da crise social brasileira pela qual tem passado o País ao longo de mais de duas décadas. O desemprego, a dificuldade de inserção do jovem em sua primeira ocupação, a alta rotatividade dos incluídos no mercado de trabalho, os baixos rendimentos, os elevados índices de violência, dentre outros fatores, são evidências que nos chamam a atenção para o estudo dessa problemática.

A estagnação econômica evidenciada nos anos de 1980 e que se perpetuou pelos anos de 1990 e início de 2000, foi responsável pela proliferação de uma crise social no país que atinge de forma mais incisiva a população jovem de nossa sociedade, provocando uma crise juvenil. As conseqüências desse panorama desalentador refletem nas crescentes barreiras encontradas pelos jovens na busca pelo primeiro emprego, na permanência no trabalho por períodos superiores ao probatório, isto é, na dificuldade de inserção e permanência do jovem no mercado de trabalho. Esse cenário se configura numa situação de instabilidade e pessimismo para grande parte da juventude brasileira, seja ela metropolitana ou não (POCHMANN, 2000).

Os desafios acima elencados impulsionaram o setor público a construir, junto à sociedade civil organizada, trajetórias que buscassem atenuar o problema e garantir, à população juvenil, uma rede mínima de proteção, muito embora o modelo de proteção à juventude esteja ainda atrelado ao padrão industrial desenvolvimentista, sendo este focado na inserção social via mercado de trabalho, “fazendo com que o desenvolvimento social [seja] um subproduto imediato do desenvolvimento econômico” (COHN, p. 168, 2004).

Dentre as principais conquistas nos anos 1980 e 1990, podemos citar a Constituição Federal de 1988 – a qual contempla as diretrizes internacionais, propagadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relacionadas à criança e ao adolescente – e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Iniciativas importantes que, no entanto, atingem apenas a população até 18 anos.

No atual governo, é notória a articulação de ações e debates que visam à estruturação de políticas públicas de juventude, as quais reconhecem os jovens como sujeitos de direitos. É positivo registrar as ações do governo federal, tais como as iniciativas de formação de um Grupo Interministerial de juventude, no âmbito da Câmara de Políticas Sociais, para elaboração de uma política nacional de juventude (CASTRO, 2004) e a consolidação da própria Secretaria Nacional de Juventude com o intuito de articular as políticas públicas de juventude.

OS DESAFIOS

Nos umbrais do baixo crescimento econômico e em meio às almas penadas do desemprego, a juventude destaca-se pela falta de oportunidades e conseqüente pessimismo², estando imersa num grande abismo que a distancia do mercado de trabalho e da possibilidade de ascensão social. O recrudescimento da criminalidade, a favelização e a indigência misturadas à pobreza, ao analfabetismo e à violência, são sinais do panorama degradante e desestimulante em que vive o jovem brasileiro. As estatísticas endossam o que vemos: nas últimas décadas “ganham destaque o aumento da causa de mortalidade entre os jovens associada à violência (...) e a AIDS, o homicídio, o suicídio e os acidentes de trânsito [tornam-se] as principais causas da expansão da morte entre jovens com 15 e 24 anos de idade” (POCHMANN, 2000, p. 13).

As rugosidades que os jovens encontram para conquistar ou permanecer no emprego, somadas à redução dos rendimentos reais e à desestruturação de valores éticos e morais sucumbidos à lei atomista do indivíduo reproduziram, ao longo das últimas décadas, a violência, o subemprego, a prostituição, a criminalidade, a apatia política e sindical, a mortalidade. O comportamento estagnado dos rendimentos reais, ao longo das duas últimas décadas com valores, em 2002, inferiores aos existentes em 1981, é agravado pelo aumento nas taxas de desemprego. A maior redução de postos e ofertas de trabalho está voltada, por sua vez, para a população compreendida entre 15 e 24 anos. Resultante do pífio crescimento produtivo dos anos 1990, a precarização das condições de trabalho juvenil contribui para sentenciar o jovem à marginalidade, desprovido dos mecanismos de proteção social. Nesse sentido, o Estado busca adotar políticas que visem minimizar a vulnerabilidade desses jovens marginalizados na sociedade.

² Segundo pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para o ano de 1999, a juventude brasileira encontrava-se em segundo lugar no *ranking* do pessimismo, atrás apenas da Colômbia. Sobre esse estudo, ver Pochmann (2000).

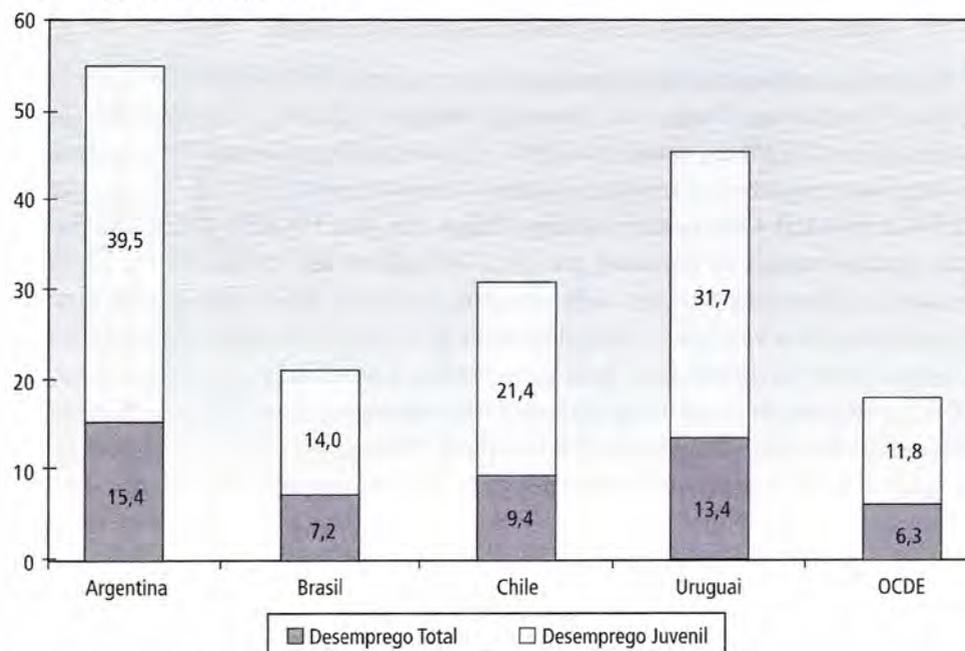
A crise de inserção dos jovens no mundo do trabalho extrapola os limites geográficos nacionais e se constitui em um dos grandes desafios da modernidade. Tokman (2003) alerta-nos para o fato de que:

O desemprego juvenil tem características universais independentes do nível de desenvolvimento, do crescimento ou da evolução do desemprego total. (...) Há uma assimetria no comportamento da taxa de desemprego juvenil em relação ao crescimento. Quando há uma desaceleração ou contração econômica, os jovens são os que sofrem maior impacto do desemprego; no auge, são os últimos a beneficiarem-se.

A crescente dificuldade dos jovens para conseguir uma ocupação – em proporção bem maior que os adultos – desponta como uma preocupação recorrente em vários países, sejam eles membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou Cone Sul.

GRÁFICO 1

Desemprego Juvenil e Total – 2003



Fonte: Pesquisa Domiciliar dos Países do Cone Sul. OECD Employment Outlook, 2002.

³ Com relação aos dados referentes ao desemprego no Brasil, cabe esclarecer que se trata da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a qual, “em 2001, passou por um processo de revisão metodológica objetivando atualizar sua cobertura temática e se adequar às recomendações internacionais mais recentes” (IBGE).

Além do crescente desemprego, a população jovem precisa enfrentar a deterioração da qualidade dos empregos gerados, os quais se ocultam, na maioria das vezes, sob a informalização, a terceirização, os estágios, dentre outros. A realidade pessimista do mercado de trabalho encontra elementos que auxiliam na amplitude da vulnerabilidade juvenil, tais como a falta de confiança do jovem em si mesmo, a desestruturação dos núcleos familiares e a ausência de políticas públicas que abranjam as especificidades do universo juvenil – em sua maioria, negligentes quanto ao papel de discutir consciência, protagonismo e cidadania –, perpetuando a formação de jovens marginalizados, alienados, apáticos (TOKMAN, 2003).

Nas palavras de Belluzzo e Victorino (2004, p. 24):

Historicamente, as intervenções públicas no Brasil voltadas à área social pouco falam dos – e aos – sujeitos aos quais se destinam. Esses permanecem na posição de beneficiários, esperando a contemplação com serviços ou bens que lhes são reservados e, por conseqüência, pouca ou nenhuma expressão lhes é conferida. As políticas destinadas aos jovens não fugiram a esse padrão, sendo marcadas por ações que oscilaram entre o controle e a assistência social.

No estudo elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2004, intitulado “Tendências Globais de Emprego Juvenil – 2004”, o desemprego jovem mundial cresceu 26,8% na década de 1990. A juventude representa 47% dos 186 milhões de desempregados no mundo, enquanto compõe apenas 25% da População em Idade Ativa mundial. Outro dado relevante indica que, dos 550 milhões de trabalhadores que ganham menos de um dólar por dia, 130 milhões são jovens, isto é, 23,7%. A análise realizada mostra-nos que, cada vez mais, os jovens dependem de suas famílias para se manter, uma vez que o perfil do jovem ocupado é majoritariamente informal, com longas jornadas de trabalho, salários reduzidos e ausência de proteção social. Tal sensibilização contribuiu para que no País fosse aprovada a ampliação da faixa etária compreendida à juventude, passando de 24 para 29 anos, em 2005, o que permitirá a ampliação do foco de ações destinadas a uma parcela da população que está envolvida em cerca de 70% dos índices de homicídios no Brasil, seja como vítima ou protagonista.

Outro indicador da vulnerabilidade juvenil mostra que para um crescimento da população juvenil de 10,5% na década de 1990, a empregabilidade para os jovens foi de apenas 0,2%. Pochmann aponta que (1998, p. 37):

Entre 1973 e 1997, o volume total de emprego em dez economias avançadas (Canadá, Alemanha, França, Itália, Japão, Espanha, Suécia, Inglaterra, EUA e Finlândia) cresceu à taxa média anual de 1,01%, enquanto o emprego juvenil aumentou apenas

0,23%. Por conta desse diferencial de variação do emprego juvenil, sua participação na ocupação total, que era de 20,6%, em 1973, foi reduzida para 17,2%, em 1997. Para o mesmo período de tempo, a PEA formada pelos jovens foi reduzida em 0,61% ao ano.”

Estudos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003) afirmam que vivemos num período em que os jovens se constituem como a fatia da população mais vulnerável. As evidências aparecem em questões relacionadas à violência, ao desemprego, à sexualidade, à carência na formação educacional, aos bens culturais, ao lazer e ao esporte. Sendo assim, a juventude necessita, fundamentalmente, de políticas estratégicas promotoras do seu desenvolvimento:

As políticas de juventude devem ultrapassar enfoques setoriais, pontuais, fragmentados, convencionais e avançar por imprimir uma perspectiva geracional-juvenil nas distintas ações, considerando que antes de tudo juventude é tempo de estudar, de se formar cultural e fisicamente, de desenvolver valores éticos e espírito crítico e ter garantido meios de subsistência.

NO BRASIL

A problemática do emprego juvenil *vis-à-vis* a construção de políticas públicas de juventude, no Brasil, perpassa as transformações socioeconômicas ocorridas, principalmente, no transcorrer das duas últimas décadas no País. O hiato da desigualdade social acentuou-se, paulatinamente, desde o início dos anos de 1980 – com fator enzimático para a década de 1990 –, contribuindo para conduzir, anualmente, um número cada vez mais crescente de jovens ao cadafalso, sentenciados à exclusão social.

O comportamento socioeconômico regressivo desses 25 anos, “embora não tenham se traduzido em um crescimento exponencial das taxas de desemprego aberto (...) provocaram uma alteração profunda na composição da ocupação, que passou a expressar de maneira mais evidente uma grande diversidade de formas atípicas de contratação da força de trabalho.”⁴

Nos anos de 1990, o processo deflagrado pela política de liberalização revelou uma pronunciada queda do emprego formal:

⁴ CARDOSO JR., J. C.; FERNANDES, S. 2000, p. 01. “Por formas atípicas de contratação estamos querendo dizer todo tipo de relação de trabalho não assalariada, além daquelas assalariadas, mas à margem dos marcos legais de contratação vigentes no País”.

A redefinição do leque de produtos, a desverticalização (via terceirização e importação de insumo e componentes) e a implementação de inovações organizacionais foram os principais eixos de modernização das empresas no primeiro triênio dos anos 1990 (SILVA; LAPLANE, 1994, p. 88).

As repercussões sobre a juventude foram evidentes, tais como a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, abrangendo mudanças na própria estrutura social – que compreende alterações nas composições familiares. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2002, cerca de um milhão de jovens de 15 a 24 anos, na metrópole paulista, entre trabalhadores autônomos, profissionais liberais, assalariados e até empregadores, possuíam rendimentos inferiores a R\$ 500,00 mensais. Apenas 6,2%, 113 mil jovens, possuíam rendimentos superiores a R\$ 1.250,00.

Diante do quadro de profunda instabilidade econômica e social,⁵ as perspectivas de ingresso da população recém-saída da inatividade tornaram-se cada vez mais desalentadoras, produzindo efeitos deletérios sobre a construção da identidade do jovem brasileiro, além de gerar um número crescente de marginalizados sociais, uma vez que:

O Brasil tem a tradição de voltar suas políticas sociais para basicamente dois públicos-alvos, os pagantes e os não-pagantes, estando estes segmentados em grandes grupos: crianças, gestantes, portadores de deficiência física ou de cuidados especiais e, no período mais recente, pessoas idosas. Os jovens, não cabem nesse desenho. (COHN, 2004, p. 160).

A desaceleração no ritmo do ingresso de jovens na população economicamente ativa reflete, como sugere Arias, “numa severa exclusão de jovens no mercado de trabalho, com a conseguinte diminuição da capacidade de geração de renda domiciliar” (ARIAS, 1998, p. 520). Diante das oportunidades escassas, resta-lhes, muitas vezes, ceder a condições precárias de emprego, desconectadas do aparato regulador. Diante disso, vislumbramos a crise de reprodução social. Nesse desesperançoso universo juvenil, predomina a instabilidade.

⁵ Situação de baixo crescimento econômico o qual tem se evidenciado como característica do capitalismo desde o final do século passado, provocando a deterioração das condições de emprego. (DEDECCA, 1999).

Em Jannuzzi (2003, p. 12):

Entre aqueles indivíduos que iniciaram a carreira profissional como técnicos, bancários, mestres, pequenos comerciantes e outras ocupações de médio-alto *status* o quadro também foi desalentador, com aumento da insegurança e dos riscos de não conseguir retomar um posto de trabalho de *status* equivalente. A situação não foi diferente entre os demais trabalhadores urbanos com algum grau de qualificação, mostrando a interrupção do processo virtuoso – ainda que restrito e desigual – de formação das classes médias brasileiras.

Nesse cenário obscuro falecem as esperanças, reafirmam as incertezas e regridem as ascensões sociais, fatores estes que levam à exigência da intervenção pública. A juventude brasileira, por sua vez, apenas traceja seu percurso de sociabilidade política uma vez que:

diferentemente das gerações anteriores, que trazem em suas histórias de vida experiências de participação política baseadas nos ideais revolucionário socialistas, na ação sindical e na organização dos trabalhadores ante o conflito de classes, a inquietude política dos jovens encontra hoje outro ambiente de recepção. O campo da ação política hoje se apresenta menos nucleado pelo confronto ideológico da sociedade de classes. Traz as marcas da redefinição das fronteiras entre as esferas público e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política (CARVALHO, 2004, p. 55).

No passado, a Indústria de Transformação constituía-se no principal acesso para o jovem egresso da inatividade. O processo de abertura financeira e comercial, que se inicia com o Governo Collor e se intensifica no Governo Fernando Henrique Cardoso, condenou a economia nacional, em particular a indústria, à exposição indiscriminada ao mercado internacional. Tal situação, somada à política de sobrevalorização cambial e juros em patamares muito elevados, gerou uma desestruturação da indústria, com fechamento de fábricas e desemprego elevado. Houve encolhimento, em termos absolutos, do setor industrial nas metrópoles brasileiras. Mesmo que parte dos trabalhadores tenha sido absorvida pelo setor terciário, seja na prestação de serviços ou no comércio, tal absorção não foi integral, como podemos vislumbrar nos dados recordes de desemprego observados nos anos de 1990. Além do mais, o setor terciário é caracterizado por piores condições de trabalho e menor organização trabalhista, havendo maior informalidade e rendimentos mais baixos. Não é por menos que se percebe a mudança nos regimes de trabalho, partindo para uma direção oposta ao modelo anteriormente conhecido:

A adoção das práticas de gestão, muitas vezes aplicadas sem negociação, ou até sem a transmissão das informações necessárias sobre os efeitos que irão produzir

sobre o cotidiano laboral, sobre as remunerações ou a saúde dos trabalhadores encontra condições favoráveis no ambiente do mercado de trabalho contemporâneo, em virtude do processo de informalidade e da elevação das taxas de desemprego.” (CACCIAMALI; BRITO, 2002, p. 2).

O baixo desempenho industrial, atrelado à precarização das relações e condições de trabalho, foi responsável por gerar efeitos perversos à sociedade, atingindo com mais intensidade a população juvenil, limitando-lhe as condições de ascensão social e elevando, inclusive, os indicadores de criminalidade. (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 1992). Ao jovem – aspirante a trabalhador – projeta-se uma visão caleidoscópica dessa sociedade: fragmentada, interrompida. Nas palavras de Sennett (1999, p. 27):

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. (...) o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável.

A juventude egressa da inatividade, desamparada, é cerceada pelo fantasma da desilusão. Nem ao mar, nem à terra, o jovem permanece à deriva, em busca de um espaço, de uma inserção social que nunca chega. A crise social é evidente. Seus efeitos colaterais evidenciam que “as gerações mais novas estão enfrentando dificuldades crescentes, muitas vezes intransponíveis, para manter as condições sociais de suas famílias de origem.” (QUADROS, 2003, p. 113). Aventurando-se, prematuramente, em busca de uma atividade remunerada, o jovem busca driblar as necessidades projetadas no mercado de trabalho. A falta de alternativa inibe sua formação educacional, perpetuando-lhe o estigma da pobreza, num círculo vicioso via transmissão intergeracional. Cabe ao jovem, solitário, enfrentar os riscos da exclusão social, da automarginalização, da cíclica pobreza.

Em meio a tantos desafios, os jovens precisam conviver com lendas e fábulas relacionadas com o trabalho, emprego, geração de renda, escola, território. Segue abaixo um estudo realizado com base em microdados da PNAD para a Região Metropolitana de São Paulo.

ERA UMA VEZ...

1º ATO) A LENDA CARTEIRA ASSINADA

A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada (Art. 13 da CLT).

Diante de infindas incertezas e dificuldades do acesso às ocupações, a informalidade surge como alento, como a porta de entrada para o cada vez mais distante mundo do trabalho. Do universo de 2,3 milhões de jovens que compunham a população economicamente ativa na metrópole paulista, em 2002, 1,7 milhão de jovens encontrara ocupação, dos quais 1,4 milhão como empregados. Desse total, 42% (600 mil jovens) trabalhavam na informalidade, desprotegidos do aparato social, sem direito ao décimo terceiro, às férias, à aposentadoria por tempo de serviço, ao descanso remunerado, à licença-maternidade, paternidade... Para o grupo de 15 a 17 anos, esse indicador alcança a espantosa marca de 77%. Essa é a faixa etária que absorve o maior impacto da redução da oferta de empregos; dos 390 mil postos de trabalho juvenis, destruídos na década de 1990, 145 mil, ou seja, 37% pertenciam aos jovens de 15 a 17 anos:

Grande parte desses jovens são excluídos das chances de emprego e/ou dos benefícios do emprego formal porque são mais propensos aos acidentes de trabalho que o restante da população ativa e, no caso das mulheres jovens, devido aos ônus do auxílio-maternidade, já que a fecundidade nesta faixa etária é bastante elevada (ARIAS, 1998, p. 737).

CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA

O jovem Henderson faz parte desse universo. Motorista de transporte clandestino, todos os dias percorre o trecho São Paulo-Campinas levando passageiros em seu Ford Verona ano 1991, sem seguro, ainda alienado, com capacidade para apenas mais quatro passageiros. Acorda todo dia, exceto às quintas-feiras (por causa do rodízio de carros), às 3h30, chegando às 4h no ponto de lotação São Paulo-Campinas e dá início à sua jornada de trabalho que irá encerrar-se por volta das 11 horas da noite, após ter percorrido em média 400 km. Nascido em Taipas (zona oeste, na periferia da capital), hoje com 23 anos, Henderson começou a trabalhar aos 9 anos de idade, auxiliando a mãe, empregada doméstica, hoje pensionista. O pai, policial militar, abandonou-os quando ele ainda era muito pequeno. Seu “primeiro emprego” foi como balconista de

um bar, perto da sua casa; depois passou a olhar carros em um estacionamento vizinho, para então ser vendedor de coxinhas na feira; foi ainda *chapeiro* numa lanchonete e cobrador de lotação durante oito anos – segundo ele o emprego mais estável até então, pois trabalhava como cooperado autônomo. Henderson desabafa não ter tido *sorte* de ter sido registrado e parece resignado quanto às possibilidades de que isso venha a ocorrer. Em palavras, a exclusão formal do mercado de trabalho aparece como destino, “resultante de causas independentes de sua vontade, sorte, fado.”⁶

2º ATO) ERA UMA VEZ... SOMOS TODOS IGUAIS

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...). (Art. 5º, I a LXXVII, Constituição de 1988).

Ao inserirmos os recortes de gênero e raça no estudo comparativo sobre o mercado de trabalho e estrutura ocupacional das duas últimas décadas, encontramos explícitos o preconceito e a desigualdade auferida aos jovens brasileiros. Geograficamente, a divisão é evidente. Enquanto a classe média branca habita, principalmente, a região central, “as maiores concentrações de negros estão no primeiro limite da periferia sul-sudeste, em vários distritos a leste do centro da cidade e nos limites mais afastados da periferia distante Norte-Nordeste.” (TELLES, 2003, p. 167). E quanto às ocupações? Também é visível essa linha divisória?

⁶ Dicionário Aurélio.

População juvenil – 15 a 24 anos – RMSP – 2002

Setor de Atividade	Não-Negros				Negros			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	%	Renda*	%	Renda*	%	Renda*	%	Renda*
Atividades agrícolas	1,1	260,0	-	-	1,9	105,0	-	355,0
Indústria transformação	21,2	725,0	12,9	595,0	23,6	480,0	17,1	395,0
Outras atividades industriais	-	-	-	-	-	-	-	950,0
Construção civil	4,7	490,0	1,0	415,0	10,2	380,0	-	615,0
Comércio	27,2	620,0	24,3	505,0	26,7	385,0	24,1	445,0
Alojamento e alimentação	4,6	640,0	3,3	460,0	4,6	420,0	4,3	365,0
Transporte e comunicação	9,5	810,0	4,0	925,0	7,3	725,0	4,0	465,0
Setor financeiro	3,9	1.060,0	5,1	1.015,0	1,7	610,0	1,8	435,0
Administração pública	2,0	705,0	1,6	915,0	1,5	670,0	1,0	315,0
Educação, saúde, serviços sociais	5,3	795,0	16,5	655,0	3,3	520,0	8,5	580,0
Outros serviços	4,7	790,0	6,7	490,0	4,8	475,0	4,6	645,0
Outras atividades	12,3	735,0	11,2	860,0	10,0	480,0	10,7	515,0
Serviços domésticos	-	-	7,5	300,0	-	-	18,0	265,0
Nulos	3,0	310,0	5,7	265,0	3,8	265,0	4,9	205,0
Total	100,0	693,0	99,9	600,0	100,0	450,0	100,0	420,0

* Valores em janeiro/2004.

Deflator: INPC corrigido – IPEA/CESIT.

A discriminação relacionada ao gênero e cor é notória. A discrepância perpassa todos os setores de atividade. O rendimento médio de uma mulher negra para a mesma atividade é no mínimo 30% inferior ao de um homem branco. Esse índice chega a 60% nos setores financeiro e de administração pública e 50% na indústria. Na variável gênero, permanece a desigualdade. Entre os não-negros, a população feminina recebe em média de 15% a 20% a menos que os homens para o mesmo setor de atividade. As exceções concentram-se na área de serviços – administração pública, transporte e comunicação e outras atividades. No tocante à população negra, a inferioridade salarial feminina chega a 50% na administração pública, apresentando uma situação inversa em relação a homens e mulheres brancos. O serviço doméstico – menor remuneração dentre todas as demais atividades – manifesta-se como o terceiro setor que mais emprega a população de mulheres, jovens, negras. Para o jovem negro, a construção civil ainda se destaca como uma das principais ocupações, empregando 10% dessa população.

3º ATO) LENDAS URBANAS – SOCIALIZAÇÃO JUVENIL

Na última década, houve diminuição da pobreza e elevação do padrão de vida, mas, apesar disso, a criminalidade também cresceu (Relatório Banco Mundial, Visão Geral, 2003).

Igrejas, escolas, quadras poliesportivas, ONGs, grafites, hip-hop, rodeios, shopping centers... Quais e o porquê das novas faces de socialização da juventude? Ao final da entrevista com Henderson, ele ressaltou seu pessimismo quanto aos anos vindouros, disse não acreditar em mudanças. No entanto, mostrou-se esperançoso e incluído socialmente ao mencionar ser evangélico há 10 anos. Marcos, outro jovem entrevistado, ao salientar o compromisso “sagrado” com a bola, nos finais de semana, transpareceu a mesma sensação de inclusão. É evidente que houve, no alvorecer da última década, mutações significativas no universo juvenil. Peregrino e Carrano (2003, p. 15) advertem que:

Essas distintas formas de participação social não se identificam imediatamente com as tradicionais formas de conteúdos de participação social e política juvenil. [O jovem não vai mais para] os sindicatos, para os partidos, nem mesmo para as agremiações estudantis que confluíram a parcela mais expressiva de participantes, mas para ações voluntárias de solidariedade, movimentações políticas instantâneas e pouco institucionais, grupos artísticos e esportivos, redes de religiosidade pouco hierárquicas, entre outras ações coletivas de novos tipos.

Quinze anos de antidemocracia, incertezas, estagnação econômica, recessão e censura parecem ter produzido nas mentes dos jovens brasileiros os mesmos efeitos sofridos por Alex DeLarge no filme “Laranja Mecânica”, de Stanley Kubrick. Contra a delinquência juvenil, utiliza-se a lavagem cerebral como experimento destinado a refrear os impulsos destrutivos. Antes: a tortura, cacetetes, prisões, choques elétricos; hoje: programas enlatados, *reality shows*, a exposição ao ridículo, o lugar-comum. “Na falta de um movimento operário forte de onde saíam líderes trabalhadores com fama, [os jovens] se voltam para os eternos valentes da nossa cultura popular que desfiaram, passam rasteira e se negam a este mundo do trabalho” (ZALUAR, 1996, p. 9).

O universo capitalista apóia-se, mais do que nunca, no controle social, na disciplina e na liberdade para garantir sua sustentação e avanço. Os clássicos fatores – terra, trabalho e dinheiro –, alicerces desse sistema econômico, mostram-se infiltrados nas relações sociais e de convivência, permeados pelos espaços de sociabilidade. Seja através da mídia, da escola, da Igreja, do clube ou do cinema, temos que:

O controle social numa sociedade capitalista procura alavancar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: este controle se exerce desde a ten-

tativa do estabelecimento da disciplina rígida do espaço e do tempo na situação de trabalho, até a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família, passando pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídicos e policial. (CHALHOUB, 2001, p. 148).

As relações familiares e comunitárias (convívio social e escola), que deveriam garantir a vivência do jovem na inatividade, dão lugar à necessidade de inserção no mercado de trabalho para sua sobrevivência (e à sua família). O jovem, em busca de sua identidade, encontra no consumismo das roupas “de marca”, dos aparelhos de som, das entradas para o cinema, das boates, da vida noturna, entre tantas outras, a possibilidade de escapar da marginalização social. A aparente busca da liberdade o conduz ao caminho da escravidão: a vendalidade, que pode estar simbolizada no tênis Nike, nas calças XXL, nos óculos Benetton, nas camisetas Okley, nos bonés Triton, nas bolsas Chanel, nas camisas M. Officer, nos perfumes O Boticário, ou ainda nos ingressos para ver “Cidade de Deus”, “Carandiru”, “Senhor dos Anéis” ou “Matrix”. Ou ainda nas pranchas de *surf*, nos *videogames*, *skates*, celulares, *ecstasys*, *daines*, e todos os demais símbolos que transmitem uma sensação de poder à juventude contemporânea. Símbolos, porém, que requerem um elemento comum à sua aquisição: o dinheiro. Em Canetti (1983, p. 202):

O dinheiro pode se transformar em símbolo de massa. (...) Cada moeda é claramente delimitada e possui valor próprio; ela é reconhecível à primeira vista, circula livremente de mão em mão e muda interminavelmente de lugar. (...) A mão que se fecha em torno dela, a sente por completo, em todos os seus relevos e superfícies. Uma certa ternura pela moeda, que nos pode proporcionar isto ou aquilo, é universalmente humana e contribui para seu “caráter” pessoal. Num ponto a moeda supera a criatura viva: sua consistência metálica, sua dureza, lhe assegura uma existência “eterna”; ela – a não ser pelo fogo – dificilmente pode ser destruída. A moeda não cresce até atingir seu tamanho; ela já sai pronta da matriz e deve continuar sendo o que é; ela não deve mudar.

4º ATO) A LENDA DA ESCOLARIDADE

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição brasileira).

Ricardo Conde, 23 anos, seria um jovem que, aparentemente, estaria, por opção, na contramão do caminho trilhado pela crescente maioria dos jovens rumo à inserção no mercado de trabalho. Após terminar o segundo grau, descobriu a vocação literária. Em que pesasse a pressão dos pais – pequenos empresários, donos de uma óptica no Butantã –, típicos membros da classe média, para que ingressasse numa faculdade, Ri-

cardo resolveu viver de seus contos e poemas. Chegou a prestar vestibular, passar em Direito, mas não cursou. Alega não ter nascido para as leis. Embora ganhe, por mês, em média, de dois a três salários mínimos, o que acha pouco, sente prazer naquilo que faz. Assim, Ricardo percorre, todos os dias da semana, as ruas da capital paulista oferecendo seu trabalho. À noite, perambula pelos bares do Jardins, da Vila Madalena, do Ibirapuera, entre outros, capazes de oferecer possíveis clientes ávidos por aquilo que suas palavras desejam tanto transmitir. O jovem diz que já foi empregado em outras ocasiões. Começou ajudando os pais na empresa da família, depois trabalhou como contra-regra, como auxiliar num jornal, fez teatro, divulgação. Carteira assinada? Nunca teve, nem tem perspectivas de ter uma. Contribuição como autônomo? Não, por enquanto. Porém, sente-se incomodado ao dizer que é a esposa, corretora de seguros, seis salários mínimos, quem sustenta sua família.

Ricardo é, nos dias de hoje, uma exceção. As regras da sobrevivência apontam em outra direção: a necessidade de estar empregado. O sonho do assalariamento e da estabilidade perde-se em meio às crescentes e aparentemente infindáveis filas de emprego, às exigências de experiência anterior e às necessidades de possuir o primeiro, segundo e, até, terceiro grau completo. É nesse farol dos afogados que muitos se debatem buscando a tábua de salvação e julgam encontrá-la sob a forma da educação. O estudo passa a fazer sentido, apenas, se atrelado à capacitação e se vinculado ao espaço mercantil. A necessidade do ingresso no mercado de trabalho, aliada à busca de compatibilizá-la com os estudos, projeta, na juventude, as pressões sociais, culturais e de sobrevivência.

No entanto, quando fazemos o cruzamento dos dados entre ocupação e escolaridade, os resultados são desalentadores. Frente a uma economia estagnada, as palavras de Salm⁷ se fazem ensurdecedoras. Segundo o autor, "... um rápido crescimento da oferta de mão-de-obra mais educada, em condições de crescimento medíocre, principalmente em economias de baixo dinamismo de capacitação tecnológica, resulta em queda nos retornos globais da educação", além do que, completa o autor, "... os trabalhadores de maior escolaridade podem estar sendo absorvidos em atividades cuja expansão pouco, ou nada, contribuem para o aumento da produtividade sistêmica".

⁷ Salm, Cláudio. Prefácio de Dedecca, *op. cit.*, 1999.

A introdução da variável escolaridade, nas análises subseqüentes, obedecerá ao seguinte critério de classificação: aqueles que possuem até 8 anos de estudo – ensino fundamental completo ou incompleto –, os que possuem de 9 a 11 anos de estudo – ensino médio completo ou incompleto – e aqueles que se encontram no ensino superior (completo ou incompleto), com 12 ou mais anos de estudo.⁸ As demais variáveis analíticas, tais como qualidade de ensino, acesso às vagas, a diferenciação entre a rede pública e a rede privada de ensino, entre outros aspectos que interferem na problemática da desigualdade social atrelada aos níveis de escolaridade, não serão abordadas neste trabalho. De qualquer forma, destarte esta limitação analítica, os dados referentes aos níveis de escolaridade, *per si*, são indicadores relevantes para a compreensão da segmentação social vislumbrada na metrópole paulista.

População total ocupada na RMSP por níveis de escolaridade

Escolaridade	1981			1990			2002		
	Total ¹	%	Renda ²	Total ¹	%	Renda ²	Total ¹	%	Renda ²
Fundamental	4.700	75,3	870,00	5.210	68,0	790,00	5.085	51,0	670,00
Médio	860	13,8	1.580,00	1.365	17,8	1.425,00	2.985	29,9	960,00
Superior	675	10,9	3.400,00	1.085	14,2	3.085,00	1.095	19,1	2.720,00
Total	6.235	100,00	1.240,00	7.660	100,0	1.220,00	9.980	100,0	1.135,00

Fonte: PNAD.

Notas: ¹ Em mil indivíduos.

² Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido – IPEA/CESIT.

A evolução dos dados denotam o expressivo aumento no nível de escolaridade, tanto para o total dos ocupados na metrópole, como para o segmento dos jovens ocupados. A participação relativa de pessoas com nível superior, considerando todas as faixas etárias, eleva-se em 10,9 pontos percentuais no período de 1981 a 2002. O ensino médio, represado até os anos de 1980, absorve, nos dez anos seguintes, 1,6 milhão de pessoas, saltando de uma participação relativa de 13,8% no início da década de 1980 para quase 30% em 2002. No tocante à população juvenil, há uma melhora significativa na situação educacional, elevando os níveis de escolaridade ao longo dos últimos 20 anos. O crescimento absoluto dos jovens estudantes é ainda mais expressivo nos anos de 1990, são incorporados ao sistema de ensino, na metrópole, 171 mil alunos, um crescimento de 10% frente à expansão de 5%, nos 1980.

⁸ Metodologia desenvolvida por Quadros (2004).

Os patamares de rendimentos caem para todos os níveis de escolaridade. A renda real do grupo de jovens sofre uma redução de 13,4% no período em questão. O subgrupo mais afetado pela crise são os jovens do ensino médio, com perda de rendimentos da ordem de 36,1%. Em seguida, estão aqueles que possuem até oito anos de estudo, com redução de 21% em suas remunerações. Finalmente, aparece o subgrupo dos universitários, cujos rendimentos decrescem 20,6% entre 1981 e 2002. Esses números endossam as palavras de Quadros (2003, p. 113):

A crise social juvenil ultrapassa o aspecto por si só gravíssimo da desocupação, devendo ser considerada também a expressiva parcela de jovens que, nas cidades, trabalham em serviços domésticos ou situam-se na camada inferior de operários e trabalhadores populares, tais como serventes de pedreiro, ajudantes gerais, etc. E, na área rural, os jovens que integram a pequena agricultura familiar como trabalhadores não remunerados ou em atividades de subsistência.

5º ATO) A FÁBULA DO EMPREENDEDORISMO

O Brasil está sentado em cima de uma das maiores riquezas naturais do mundo ainda relativamente pouco explorada: o potencial empreendedor dos brasileiros.

L. J. Filion

Tanto Henderson como Marcos e Ricardo tinham um sonho comum: serem donos do seu próprio negócio. Quando o jovem Henderson revelou-se enfático ao dizer que não tinha esperanças no futuro do País, ao mesmo tempo, mostrou-se convicto quanto às possibilidades do “seu futuro”. Ele pretendia, em breve, abrir uma empresa e melhorar de vida. Esses “novos” trabalhadores, metaforizados em vendedores de ‘trabalho objetivado’, porque não mais fazem parte da estrutura interna da empresa, são obrigados a fazer do seu *trabalho pessoal* a razão do seu sucesso como produtores de mercadorias. [Assim sendo], a capacidade empresarial depende diretamente do seu esforço pessoal, do seu trabalho próprio, sua atividade, mais do que nunca, é para eles um meio que lhes permite existir. Têm que trabalhar para viver. Por isso, suas vidas são invadidas pelo trabalho, o que faz deles meros suportes de uma atividade que tem nela mesma sua finalidade e sua razão de ser” (TEIXEIRA, 1994, p. 26).

Membro passivo da geração do Estado Mínimo, o qual propagandeia-se que as políticas sociais e, principalmente, os aparatos trabalhistas são anacrônicos, por não darem conta do individualismo imanente em meio a um capitalismo revigorante, o jovem tem que contar apenas consigo para incluir-se socialmente. Essa juventude assis-

te, passivamente, ao trabalho⁹ reproduzir o modo de produção assentado na escravidão;¹⁰ escravidão essa que leva à irracionalidade de quem a pratica, pois escamoteia seu papel, sua indagação sobre a condição de existência, além da forma reducionista do homem-animal, condicionando-o à violência, que nada mais é do que o próprio ímpeto de qualquer ser vivo frente ao medo e ao sofrimento, à servidão e à manipulação, num “instinto que não pode ser desobedecido (...) uma forma de pressão que não podes agüentar, nem que queiras,”¹¹ como as ratazanas de Orwell:

Nas sociedades capitalistas, a mercantilização do tempo livre torna o seu aproveitamento dependente da existência de recursos de financiamento prévio, pois o acesso à educação, cultura, lazer – entre outras formas como cinema, teatro e futebol – ocorre cada vez mais vinculado ao seu pagamento. Dessa forma, a ampliação do tempo livre nas sociedades modernas, sobretudo entre os jovens, não significa o pleno aproveitamento por todos (POCHMANN, 2000, p. 21).

O sonho do *empreendedorismo* surge como um oásis em meio ao deserto de oportunidades de emprego. Isso nos remete ao fato de que:

Diante da queda do emprego assalariado gerado pelas empresas privadas e pelo setor público, o emprego assalariado no serviço doméstico e nos pequenos empreendimentos do comércio e da prestação de serviços às pessoas e famílias tem cumprido um papel cada vez maior na absorção dos jovens que tentam entrar no mercado de trabalho (BALTAR, 2002, p. 6).

O que indagamos, porém, é: até que ponto o aumento desse tipo de emprego dará conta dessa massa crescente de jovens que, ano a ano, ingressam no mercado de trabalho? Será que a “vocação empreendedorística” da população juvenil é capaz de arrefecer o aumento brutal do desemprego entre os jovens? É capaz de inseri-los na atividade econômica, resgatando-os literalmente da marginalidade?

⁹ Enquanto fonte de sobrevivência (de Hannah Arendt).

¹⁰ Em Simone Weil.

¹¹ Trecho extraído do livro 1984, de George Orwell, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

Jovens de 18 a 24 anos por situação na ocupação – RMSP

Posição na Ocupação	1981		1990		2002	
	Total	%	Total	%	Total	%
Empregados	1.065.150	86,1	1.141.140	87,3	1.322.124	85,1
Trab. domésticos	78.735	6,4	51.545	4,0	71.514	4,6
Conta-própria	60.355	4,9	77.320	5,9	99.781	6,4
Empregadores	9.530	0,8	22.215	1,7	15.795	1,0
Não-remunerados	22.350	1,8	15.110	1,1	39.915	2,6
Autoconsumo	-	-	-	-	2.495	0,2
Autoconstrução	-	-	-	-	2.494	0,2
Total	1.236.120	100,0	1.307.330	100,0	1.554.118	100,0

Fonte: PNAD.

Os dados confirmam a redução da participação relativa de empregados (assalariados) sobre o total de jovens ocupados. A faixa etária de 15 a 17 anos é a mais afetada, com encolhimento absoluto de 190 mil vagas nos anos 1990, o que implica em perda de 15,4% na composição ocupacional. Para os jovens de 18 a 24 anos, embora não tenha ocorrido redução absoluta no número de oferta de emprego assalariado, há uma diminuição de 2,2% em relação às demais ocupações. A camada dos jovens que trabalham por conta própria, por sua vez, se amplia em ambos os grupos etários. Entre os jovens de 15 a 17 anos, observamos o maior crescimento, 4,8%; já no grupo de 18 a 24 anos, o incremento é de 1,5%.

A dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e a precariedade nas condições de trabalho encontrada, com baixas remunerações, alimentam cada vez mais o desejo do jovem possuir seu próprio estabelecimento. Embora insuficientes para absorver a expressiva quantidade desses trabalhadores, dispensados pelas empresas públicas e privadas, o número de pequenos empresários, autônomos e conta-própria com idade entre 15 a 24 anos tem crescido na metrópole paulista.

São jovens que trabalham por conta própria, diretamente com o mercado consumidor, sem qualquer vínculo com empresas. As ocupações autônomas tiveram crescimento significativo durante os anos 90, em detrimento das ocupações assalariadas (BALTAR, 2002, p. 6).

Do universo de jovens proprietários na RMSP – que possuem no mínimo um empregado –, a maioria praticava atividades comerciais. Em 1990, eram 15 mil, dos quais 8 mil, isto é, 53% eram comerciários; em 2002, embora a população total de empregadores na faixa de 15 a 24 anos tenha se reduzido em 6,5%, a proporção de comerciários permaneceu a mesma. O mesmo não podemos dizer dos rendimentos. A remuneração do setor, na década de 1990 cai 54%, redução influenciada pelo aumento relativo da participação desses trabalhadores nos níveis inferiores da estrutura sócio-ocupacional (33,3%), em detrimento da redução dos níveis superior (33,3%) e médio (11,2%).

CONCLUSÃO

Ao fecharem-se as cortinas, a tragicidade do espetáculo visto parece emudecer a platéia. O estudo sobre os jovens ocupados, na metrópole paulista, já denota a dimensão da crise social, resultado de 20 anos sem crescimento econômico. Uma vez que o desenvolvimento econômico é condição *sine qua non* (necessária, mas não suficiente) para a inclusão social, o desfecho da realidade juvenil metropolitana, em 2002, não poderia ser outro para um Brasil que cresceu, em média, de 2 a 2,5% ao ano nas duas últimas décadas. A incorporação desses jovens pressupõe crescimento sustentado do produto, da renda, o que implica dizer aumento no nível de investimento produtivo, na ampliação dos gastos públicos por meio de políticas públicas objetivas e eficientes e, em paralelo, a construção de um processo dinâmico de distribuição de renda.

A manutenção do baixo crescimento e permanente ajustes fiscais serão capazes, apenas – dada a limitação no campo das políticas sociais –, de produzir um número cada vez maior de miseráveis, marginalizados, excluídos, à mercê da violência, do tráfico de drogas, da prostituição, do roubo, furto, Febem, da morte. Os atuais mecanismos de reprodução social, mantida a atual lógica econômica, mostram-se impotentes e incapazes de estancar uma “regressividade social” que se faz cada vez mais evidente.

A ausência de uma mobilidade social ascendente produz efeitos deletérios sobre o conjunto da sociedade, impactando diretamente sobre a população juvenil, carente de mecanismos de proteção social, de oportunidades de trabalho, de perspectivas positivas para o futuro. A reprodução das desigualdades, através dos monopólios sociais, delineia a estratificação da nossa sociedade, a qual apresenta, na figura do jovem, a estampa de sua crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIAS, A. R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998.
- BAER, M. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BALTAR, P. E. A. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI; HENRIQUE (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade*. Campinas: Editora UNESP, 2003.

_____. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Economia & trabalho*. Campinas: IE Unicamp, 1998.

BELLUZZO, L.; VICTORINO, R. C. A juventude nos caminhos da ação pública. In: *São Paulo em perspectiva*, v. 18, n. 4, p. 8-19, 2004.

CACCIAMALI, M. C.; BRITO, A. A flexibilização restrita e descentralizada das relações de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos do Trabalho*, v. 2, n. 2, 2002.

CANETTI, E. *Massa e poder*. Brasília: Melhoramentos, 1983.

CANO, W. Industrialização, crise, ajuste e reestruturação: algumas questões sobre o emprego e suas repercussões sobre a distribuição da renda. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. E. L.; SIQUEIRA NETO, J. F.; OLIVEIRA, M. A. & POCHMANN, M. (Orgs.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

CARDOSO DE MELLO, J. M. NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARDOSO JR, J. C.; FERNANDES, S. *Terciarização das ocupações e informalização das relações de trabalho no Brasil: PNAD 1981/1998*. Rio de Janeiro, 2000.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CARVALHO, I. C. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e ações afirmativas. In: NOVAES, R. E VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e Sociedade e Instituto Cidadania*. São Paulo, 2004.

CHALROUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

- COHN, A. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, R. E VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e Sociedade*, Instituto Cidadania, São Paulo, 2004.
- DEDECCA, C. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Instituto de Economia da Unicamp: Coleção Teses, 1999.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, 2001.
- HENRIQUE, W. Questão social e políticas sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Economia & trabalho*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- JANUZZI, P. M. Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. *Revista Economia e Sociedade*, n. 11, Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2002.
- KON, A. *Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil*. São Paulo; Coleção ABET, 1998.
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Tendências mundiais do emprego*. 2004.
- OLIVEIRA, C. A. B. Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Economia & Trabalho*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- PEREGRINO M.; CARRANO, P. *Jovens e escola: compartilhando territórios e sentidos de presença*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- QUADROS, W. J. *Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos noventa*. Paper, 2003.
- _____. *Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa*. Tese de Livre-Docência, Campinas: UNICAMP, 2003.
- _____. *Estrutura sócio-ocupacional brasileira: notas metodológicas e resumo da evolução 1981-2002*. CESIT/UNICAMP, 2004.
- RIBEIRO, R. J. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Editora Record, 2000.
- SILVA, A. L. G.; LAPLANE, M. F. *Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo*. Campinas, SP: IE/UNICAMP, Revista Economia e Sociedade, n. 3, 1994.
- TEIXEIRA, F. J. S, *Notas para uma crítica do fim da sociedade do trabalho*. Revista Universidade e Sociedade, ano IV, n. 6, fev./1994.
- TELLES, E. *Racismo à brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- TOKMAN, V. E. *Desempleo juvenil en el Cono Sur*. Serie ProSur. Chile, 2003.
- UNESCO. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Resumo executivo. Brasília, junho de 2004.
- ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Editora, 1996.